

ÁFRICAS INSCRITAS: VESTÍGIOS GRÁFICOS PARIETAIS EM UM PORÃO COLONIAL COMO VETORES DE UMA PROPOSTA MICRO-ANALÍTICA, OURO PRETO/MG

Leonardo Lopes Villaça Klink*

Introdução

Em meio a uma reforma realizada em um antigo sobrado geminado de Ouro Preto/MG entre 2017 e 2019, inúmeras gravuras inscritas em um painel de argamassa foram localizadas. Desde então, veículos de notícias voltaram suas atenções à “descoberta” devido a algumas singularidades do achado: o fato de ter sido inscrito onde outrora teria havido uma antiga senzala, conforme foi especulado de modo sensacionalista, e sua possível conotação africana, algo difícil de desassociar devido às especificidades morfológicas de alguns entre estes desenhos¹.

As interpretações, reflexões e hipóteses que serão apresentadas neste artigo constituem-se de alguns dos recortes temáticos da minha pesquisa de doutorado em andamento desde 2022, a qual visa explorar as possibilidades e o potencial arqueológico, não somente do mural terroso e de suas gravuras, mas buscará investigar as relações entre as gerações de sujeitos ocupantes do sobrado e de seus espaços, partindo das conexões afetivas entre os desenhos e as memórias dos seus artífices, que remontariam às vivências no continente africano entre os séculos XVIII e XIX.

Como identificado previamente em um artigo preliminar sobre o mural, entre os desenhos distribuídos ao longo da argamassa de aproximadamente 356 cm de largura por 168 cm de altura, aplicada enquanto reboco em uma parede edificada em pedras irregulares como os alicerces do imóvel, estão alguns zoomorfos (similares a animais), fitomorfos (similares a vegetações), antropomorfos (similares a pessoas), zooantropomorfos (similares a pessoas com a inclusão de traços animais ou vice-versa) e figurações geométricas (KLINK, 2023b, p. 268-270).

Ao centrar a presente proposta em uma abordagem da micro-história, pretendo investigar alguns dos rastros das trajetórias dos grupos sociais que habitaram o sobrado entre os séculos XVIII e XIX, focalizando nos supostos agentes que podem ter inscrito em um mural de uma vila mineira algumas de suas vivências anteriores à diáspora africana. A intenção deste exercício é a de buscar iluminar e compreender como as atuações destas pessoas podem ter indicado, através de algumas das gravuras, um maior controle sobre algumas práticas que podem ter sido realizadas de maneira oculta, ou não, no espaço escuro e estreito do subsolo da propriedade.

* Doutorando em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAn/UFGM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7932-5446>, E-mail: leonardoklink@gmail.com. O presente artigo corresponde a um desdobramento temático preliminar de minha tese, a qual está sendo financiada pela CAPES.

¹Algunas destas reportagens podem ser encontradas em: WERNECK, Gustavo. Obra revela “cenas africanas” em porão de Ouro Preto; escravo pode ser autor. *Estado de Minas Gerais*, 29 de setembro de 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/09/29/interna_gerais.1088821/obra-revela-cenas-africanas-em-porao-de-ouro-preto-escravo-pode-s.shtml. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

RARO mural africano é descoberto por acaso em antiga senzala de Ouro Preto. *History Channel Brasil*, 29 de outubro de 2019. Disponível em: <https://history.uol.com.br/historia-geral/raro-mural-africano-e-descoberto-por-acaso-em-antiga-senzala-em-ouro-preto>. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

MELHOR DA NOITE. 312 anos de Ouro Preto! Conheça a cidade mineira no Olhar do Brasil. Youtube, 30 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TUEmEGTjtE&t=35s>. Acesso em: 09 de dezembro de 2023.

² Designações como “africano de nação”, “nação angolla”, “nação mina” e “nação congo” tratam-se de “qualidades” imputadas à pessoas escravizadas manifestadas em meio aos registros alfandegários, assentos, inventários *post-mortem*, etc. Estas nomenclaturas pouco ou nada referenciavam as reais etnias, as afinidades culturais e as origens, se não, correspondia a um modo pejorativo e homogeneizante popularizado no período de vigência do tráfico Atlântico que escravizadores, mercadores e demais autoridades encontraram para agrupar cativos provindos da África e nascidos na América Portuguesa, como as classificações de “crioulos”, de “pardos”, de “molatos”, de “cabras”, etc. (BERGAD, 2004, p. 227; PAIVA, 2023, p. 255-257; SOUZA, 2023, p. 34-35).

Portanto, a partir da escolha à circunscrição de escalas de observações ao sobrado e suas redondezas, pretende-se examinar como estas pessoas africanas e suas descendentes de “qualidades” variadas, podem ter elaborado criativamente a capacidade de apropriação de um espaço imposto a eles como cativo a partir de produções gráficas. Práticas, questões e aspectos específicos até então despercebidos pela documentação histórica e ainda inéditos às abordagens historiográficas acerca dos contextos urbanos escravistas brasileiros e que devem ser investigados e trazidos à tona a partir do potencial de uma casa, das gerações de habitantes e dos resquícios de um painel e suas gravuras inscritas (LIMA, 2006; BARROS, 2007, p. 169-170)².

Para isso, busco desenvolver uma narrativa micro-histórica Atlântica mediante o acesso e diálogo entre diversas categoriais de fontes, como os registros manuscritos e a cultura material (LEVI, 1992, p. 154). Tanto os documentos setecentistas e oitocentistas levantados dos arquivos locais (inventários *post-mortem*, listagens nominativas, etc.), quanto o mural, a arquitetura colonial e os outros vestígios encontrados no local, integram-se ao tipo de “coisas” e marcas, as quais as pessoas deixam no mundo e que, portanto, nos permitem estudá-las ao serem convertidas em valiosas fontes de informações (DEETZ, 1996, p. 4-7). Sendo assim, tratam-se de evidências passíveis às manipulações, aos tratamentos metodológicos e às interpretações, seja pelo(a) pesquisador(a) no campo da História ou na disciplina arqueológica.

Prospectando nomes, sondando em arquivos

A espinha dorsal desta pesquisa corresponde a uma metodologia que se utiliza dos nomes dos indivíduos como fios condutores às análises, denominada como método onomástico, desenvolvido por Carlo Ginzburg e Carlo Poni (GINZBURG; PONI, 1989, p. 174-175). Para seu êxito, é necessário perseguir, identificar e examinar os nomes dos sujeitos a partir de menções em corpos documentais distintos, produzidos a partir de processos históricos diversificados ao longo de uma gama de temporalidades.

As “prospecções” documentais aos nomes e toponímias de interesse deste trabalho foram realizadas no Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte/MG), no Arquivo da Casa dos Contos (Ouro Preto/MG), no Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (Ouro Preto/MG), na plataforma digital CEDEPLAR Minas 1830 – Poplin (no caso da listagem nominativa da localidade de 1838) e a partir das consultas a outros autores, como os casos das listagens por nomes dos logradouros de Vila Rica, confeccionadas em 1804 e 1812 conferidas em Vasconcelos (1955) e em Mathias (1969).

Pelo fato da combinação entre fontes iconográficas e manuscritas que compõe este rol documental, – atreladas aos vestígios arqueológicos –, poder gerar conflitos e expor contradições naturais por si só, além de variados *insights* e níveis de informações como resultados dos específicos processos de produções e intencionalidades (BARROS, 2007, p. 177), durante o esforço de criar uma imagem interpretativa do passado, suas combinações pautaram-se no princípio da “superposição”. Justamente devido às singularidades e especificidades de cada categoria de evidências, um processo de “costura” e “interdigitação” destes indícios, desconsiderando uma hierarquia de uns sobre outros (BEAUDRY, 1995, p. 2, 4; WILKIE, 2006, p. 20; SOUZA, 2021, p. 235).

Isso posto, há de se evidenciar que as narrativas interessadas por exemplo nas temáticas das redes de sociabilidades, no tratamento ao qual os agentes foram submetidos com o passar do tempo ou em suas estratégias sociais, podem ser construídas de forma mais complexa, aprofundada e sob uma perspectiva mais humanizada (WILKIE, 2006, p. 16; SOUZA, 2021, p. 236). Esta prerrogativa se reforça ainda mais ao lidarmos com sujeitos silenciados, com pouco ou nenhum letramento, e sem expressão nas imprensas do século XIX, como o caso de grupos subalternizados que podem, no entanto, ser rastreados a partir do amparo de relatos orais, da iconografia (fotografias, gravuras, plantas baixas, etc.) e de vestígios exumados dos sítios arqueológicos (LITTLE, 2016, p. 68).

As casas antigas e os velhos porões

O sobrado aqui abordado é uma edificação de quatro pavimentos da antiga Rua Direita de Ouro Preto/MG, a atual Rua Conde de Bobadela. São eles o piso térreo acessado diretamente pela dita via, o pavimento superior (nobre), uma camarinha acima também nomeada de “mirante” e, abaixo de todos estes, o subsolo que ainda confere o acesso ao quintal dos fundos. Ao que é possível notar pelos elementos arquitetônicos de sua fachada, de seus alicerces e mesmo de sua planta já completamente descaracterizada, trata-se sem dúvidas de um imóvel construído em Vila Rica em meados da segunda metade do século XVIII (Figura 1)³.

Por meio das análises dos livros de aforamentos (1760-1820), de censos demográficos (1804 e 1838), de registros dos impostos das décimas prediais (década de 1820), de notificações jurídicas, de inventários de possíveis moradores do casarão mapeados (1788 e 1844) e, também do histórico do sobrado com que compartilha sua estrutura geminada (parede-meia), foi possível alcançar o início da década de 1760 como a datação mais distante da casa até o momento, sendo o período de 1773-1806 circunscrito como possível fase de ocupação e presença de Verissimo Dias Teixeira enquanto inquilino do imóvel, com algumas lacunas (conferir KLINK, 2023b, p. 271)⁴.

³ Ainda que o interior do imóvel tenha passado por reformas recentes, não foi essa intervenção a principal responsável por sua descaracterização. Ao longo de mais de dois séculos, a volumetria e os compartimentos internos da casa foram modificados em diferentes momentos, especialmente no final do século XX, quando o imóvel passou a abrigar usos comerciais. Apesar disso, a preservação da fachada e o bom estado de conservação dos alicerces ainda permitem o desenvolvimento de pesquisas significativas sobre sua história construtiva e o mural presente no subsolo.

⁴ Rol dos foros do ano de 1777, assinado por Antônio José Velho Coelho. CX: 52, DOC.: 03, Ano: 1778. Acervo do Arquivo Público Mineiro.



Figura 1. À direita, sobrado geminado onde localizam-se as gravuras e o painel. Fotografia: Autor, 2023.

Devido às diversas intervenções sofridas pelo imóvel, especialmente entre as décadas de 1980 e 1990 até o final da década de 2010, foram eliminados ou suprimidos elementos como paredes, portas, forros, janelas e lances de escadas que remetiam às robustas arquiteturas setecentistas e oitocentistas. Ainda assim, apoiado na bibliografia especializada, nas visitas a outras edificações do centro histórico de Ouro Preto e na análise de plantas domésticas e comerciais remanescentes, tem sido possível interpretar a configuração espacial do sobrado em períodos próximos àqueles em que os grafismos do mural possivelmente foram realizados.

Enquanto o pavimento térreo poderia ter sido composto por uma oficina, uma sala de visitas, uma sala de jantar, uma ou duas alcovas e um corredor que lateralizava a residência conectando a entrada às áreas de serviços mais ao fundo, o pavimento superior (nobre) era usufruído como local de intimidade familiar, correspondendo aos aposentos e algumas salas de lazer e recato (VASCONCELLOS, 1977, p. 133-139, LEMOS, 1989, p. 32, 35; CRUZ, 2010, p. 97-98).

Já a respeito do subsolo, o imaginário popular, e mesmo a historiografia, enfatizaram e generalizaram a estreita relação entre os porões coloniais e as senzalas, ou seja, estes cômodos corresponderiam a uma espécie de “cativeiro urbano” (CRUZ, 2010, p. 62-63). Porém, ainda são poucos os indícios documentais e arqueológicos à nível nacional que comprovem estas alegações. Por outro lado, em um relato produzido e publicado pela artista britânica Maria Graham, após uma de suas viagens ao Brasil na década de 1820, diz-se que

As casas são geralmente de um só andar, com um ou dois quartos em cima como sótão. *Em baixo da casa há geralmente uma espécie de porão no qual vivem os escravos.* Realmente fiquei às vezes a imaginar como é que estes humanos poderiam existir em tais lugares

(GRAHAM, 1956, p. 163, grifo do autor).

Logo, pessoas escravizadas habitantes de residências dos perímetros urbanos poderiam ter sido alocadas tanto em corredores, no chão de cozinhas, em sótãos, em alcovas próximas das áreas de serviços, em lojas sem ventilação e privacidade, “morando sobre si” em propriedades alugadas, quanto em pequenos compartimentos familiares construídos em taipa de mão nos quintais (REIS, 1986, p. 220; COSTA, 1989, p. 172-175; ALGRANTI, 1997, p. 95, 101; KARASCH, 2000, p. 185; SANTOS, 2010, p. 63, 96; KLINK, 2023a)⁵.

Desta forma, além dos porões realmente terem sido usufruídos em alguns casos específicos enquanto alojamento de poucos cativos, seus usos correspondiam por via de regra ao armazenamento de mercadorias, de entulhos, de animais, como espaço de ventilação e “respiração” das largas madeiras que compunham os assoalhos superiores e ao ajuste topográfico das residências em relação à implantação nos terrenos, pois, como declara Lemos, “A arquitetura mineira sempre teve essa característica: respeitar o perfil natural do terreno, ao contrário do paulista taipeiro que sempre artificializava o sítio de implantação de suas casas fazendo terraplenos” (LEMOS, 1989, p. 43).

Sobre traços e pessoas

A utilização dos porões coloniais enquanto locais de depósitos não exclui necessariamente as probabilidades aos usos criativos por parte de pessoas escravizadas. Esta relação entre as iniciativas africanas e a de seus descendentes podem ser tecidas a partir dos detalhes que algumas das gravuras do painel apresentam (Figura 2). Estas são compostas de ao menos três técnicas de confecções distintas notadas até o momento: 1) as gravações feitas a partir da incisão de um instrumento rígido contra a argamassa, a qual produziu desenhos como baixos-relevos, 2) os grafites ou “piroglifos” de pigmentação negra derivados possivelmente da manipulação de carvão enquanto um “lápis” em contato com a superfície do painel terroso e, 3) a combinação de ambos os métodos de gravação em uma cena (KLINK, 2023b, p. 269, 2024b, p. 223)⁶.

⁵ Durante minha pesquisa de mestrado voltada às ruínas urbanas de um sobrado oitocentista no município de Campanha/MG, foi possível localizar, a partir de uma fotografia panorâmica produzida na década de 1870, uma estrutura que foi interpretada enquanto uma possível senzala familiar no quintal. Desdobramentos temáticos acerca das relações espaciais entre o solar e essa senzala podem ser encontrados em Klink (2023a, 2024a).

⁶ O termo “piroglifo” corresponde às gravuras produzidas à partir da deposição de fuligens de tochas ou de materiais orgânicos após seus processos de queima (ACOSTA-COLÓN; RAMOS, 2022, p. 193-194).



Figura 2. Resquícios do mural em argamassa assentado sobre os alicerces do sobrado após o período de reformas que o imóvel recebeu. Fotografia: Autor, 2023.

Entre as figurações distribuídas ao longo do painel, que podem referenciar às vivências no continente africano, estão alguns zoomorfos como aves e um felino de grandes proporções (A e B, Figura 3), uma estrutura marítima ou fluvial à velas com duas pessoas acompanhada de um grafite similar à uma máscara (C e D, Figura 3), estruturas arquitetônicas como muros e torres com motivos quadriculados margeando grupos de pessoas em um suposto festejo e outras em atividade em um pilão e almofariz (E, Figura 3) e um grafite traçado e preenchido com pigmento negro similar a um ser zooantropomorfo (F, Figura 3). Com exceção das singulares figurações E e F, todos os demais baixos-relevos e grafites vetorizados não são divergentes aos métodos de deslocamentos fluviais e marítimos, à fauna e à flora que compunham o cotidiano colonial na América Portuguesa (Figura 3).

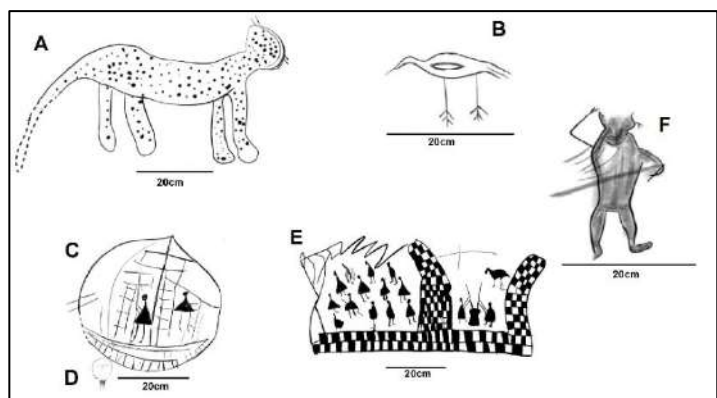


Figura 3. Seleção de alguns dos grafismos vetorizados acompanhados de suas respectivas escalas. A, B, C e E: baixos-relevos. D e F: grafites. Fonte: Autor, 2024.

Em uma das reportagens produzidas pelo Jornal Estado de Minas em 2019, um fragmento de um forninho de cachimbo de argila clara aflorado acidentalmente do quintal da propriedade próximo do porão também foi associado à agência africana das

gravuras do painel (Figura 4)⁷. Esta pequena peça angular e curta circundada por elementos perolados confeccionada a partir de moldes foi alvo de uma pesquisa recente em Klink (2024b).



Figura 4. Fragmento do "cachimbo de barro" a partir de ângulos variados. Fotografia: Autor, 2023.

Partindo da investigação à iconografia oitocentista, às produções memorialistas de viajantes europeus em Minas Gerais e aos jornais e periódicos tipografados na localidade, argumentou-se que a posse destas peças com elementos figurativos “barrocos” em altos-relevos poderiam vincular-se tanto aos usos por africanos e seus descendentes libertos, por mulheres e homens brancos presentes em meio às camadas populacionais de poderes aquisitivos mais baixos, quanto, de fato, por africanos escravizados (ALLEN, 2016, p. 100; KLINK, 2024b, p. 231-232).

Ponderou-se também que o local no qual a peça foi inesperadamente escavada por trabalhadores da construção civil poderia não ter remetido a um processo de abandono ou deposição acidental séculos atrás. Além do quintal colonial murado constituir-se de um espaço posterior passível aos rituais cotidianos de domesticidades, de reclusão em relação às ruas, de descartes de refugos em lixeiras aterradas, de criação de animais e de cultivos de alimentos que abasteciam as cozinhas, foram constantemente alvos de momentos de lazer e sociabilidades, proporcionando aos senhores ou às pessoas escravizadas, mesmo que eventualmente, ocasiões e atividades propícias às baforadas nos cachimbos (MENESES, 2015; KLINK, 2024b, p. 231)⁸.

O quintal, tal como se vê atualmente, corresponde apenas a uma fração da área que ocupava até as primeiras décadas do século XX. Conforme apontam registros iconográficos, o lote estreito e comprido se estendia até a via posterior, então denominada Rua das Flores, hoje conhecida como Rua Senador Rocha Lagoa (Figura 5).



Figura 5. Pormenor de fotografia panorâmica da cidade de Ouro Preto, datada da década de 1870, expondo os fundos do casario da Rua Direita e parte das fachadas da Rua das Flores. Em destaque, provável área de quintal do sobrado de número 134. Fonte: Arquivo do Museu da Inconfidência, sem autoria.

Ao que a documentação nominativa dos recenseamentos e *post-mortem* indica, o sobrado pertenceu ao Ajudante Caetano Francisco de Costa durante as décadas de 1760-1780, sendo registrado em seu inventário em 1788 como “[...] *huma propriedade de casas citas na Rua Direita desta mesma villa que partem com casas de Nossa Senhora do Carmo em que mora o Capitam Antonio Jose de Abranches com casas de Anna Joaquina [...]*”.

Devido ao estado de interdição em que se encontra o inventário *post-mortem* da dita Anna Joaquina Felícia de Oliveira (1814), no Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, não foi possível acessá-lo. Entretanto, com a localização do inventário de sua mãe, D. Custódia da Costa Braga, e proprietária da residência geminada à esquerda (Figura 1), uma datação mais longínqua da presença do sobrado do mural se tornou possível. Entre as propriedades de raiz registradas e avaliadas na listagem de bens de D. Custódia, consta uma: “*morada de casas de sobrado feitas de novo o dito sobrado citas na Rua Direita da Casa da Câmara desta Villa que partem de parte de baixo com o Doutor Manoel Manso da Costa Reys, e da parte de cima com casas em que mora o Ajudante Caetano Francisco da Costa [...]*”. Logo, se a presença mais antiga da casa na paisagem de Vila Rica havia sido demarcada como 1769 em Klink (2023b, p. 271), agora, pôde ser melhor circunscrita, ampliando-se mais especificamente para o ano de 1761.

O português Caetano e sua esposa D. Micaella Clara da Visitação possuíam por volta de nove cativos listados, os quais podem ou não ter habitado seu único imóvel da Rua Direita. Neste exato momento documentado, registrou-se os homens Jose “*Crioulo*” de aproximadamente quarenta e cinco anos com uma antiga ferida na canela esquerda, Joaquim “*Angolla*” de aproximadamente vinte e cinco anos

Já entre as mulheres em suas posses, matriculou-se a “mulata” Julianna de aproximadamente trinta anos com “ *muitas molestias*”, a engomadeira, rendeira e costureira Anna “*parda*” de aproximadamente trinta anos com “*molestia*” causada por dor abaixo do peito esquerdo, sua filha Faleciana “*molatinha*” de onze anos a qual esteve aprendendo renda e demais “*ofícios de mulher*”, a lavadeira e cozinheira Maria “*de Nação Mina*” de aproximadamente trinta e cinco anos e, uma “*preta de nação Mina muito velha sem dentes*” de idade entre sessenta e setenta anos.

Em 1793 uma notificação de autoria de D. Francisca Custódia do Pillar indicou seu arremate de um sobrado dos herdeiros do Ajudante Caetano Francisco da Costa localizado na Rua Direita da Casa da Câmara. Outra “pista” documental acerca da presença de pessoas escravizadas no sobrado, foi localizada justamente no inventário *post-mortem* de Custódia do Pillar. Em meio aos bens arrolados nesta fonte produzida em 1844, estavam duas de suas posses mais bem avaliadas: uma “*morada de casas citas na Rua Direita desta cidade n° 20*” em 1:000\$000 (um conto de Réis) e um “*escravo de nome Raimundo Crioulo de sessenta e seis anos*” avaliado em 500\$000 (quinhentos mil réis). Com a morte de D. Francisca, seus herdeiros partilharam o dito bem de raiz e o único cativo.

Demografia africana na antiga Rua Direita de Ouro Preto/MG

De acordo com as listas nominativas e os registros de impostos dos proprietários de bens de raiz de Vila Rica entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, as propriedades térreas e os sobrados da Rua Direita estiveram imersos em uma constante e complexa rede de inquilinos, dentre os quais podem ter habitado o sobrado do mural sem que os censos da época os registrassem. Este foi o caso dos recenseamentos de grupos domésticos da localidade mineira produzidos em 1804 e 1838, onde foi possível localizar núcleos familiares e tutelares próximos, mas, não foi possível averiguar especificamente este imóvel e seus ocupantes (MATHIAS, 1969).

Os olhares eurocêntricos e a presença de viajantes e artistas em Vila Rica ao início do século XIX, como o mineralogista britânico John Mawe, produziram relatos em relação a “precariedade” das casas desta via. Esta característica das moradias pôde ainda ter favorecido e oportunizado a locação de algumas casas por valores mais baixos pela camada da população de poder aquisitivo mais limitado, a “*classe baixa*” para a época. Segundo um destes registros:

Realmente nos admirámos da pobreza relativa desta cidade. Das duas mil casas que ella contém, um numero considerável não estava alugado e o aluguel das outras baixava todos os dias. As casas se vendiam pela metade de seu valor real; e as cuja
EXPEDIÇÕES MORRINHOS, 18: 1-19 JAN.-JUN. 2024

construção tinha custado ha vinte annos mil libras esterlinas (24.000 fr.), não se vendiam actualmente por mais de quinhentas libras (MAWE, 1922, p. 34-35).

Em Klink (2023b), a partir de Mathias (1969) e Rezende (2006, p. 81), foi possível notar sumariamente a demografia de habitantes, de proprietários e de inquilinos da Rua Direita, como, algumas de suas “*qualidades*” matriculadas segundo os parâmetros da sociedade colonial mineira. Entre os cativos desta via em 1804, registrou-se 27% enquanto “*Angollas*”, 25% como “*crioulos*”, 16% como “*pardos*”, 6% como “*Minas*”, novamente 6% como “*cabras*” e 3% como “*Banguella*” ou “*Bengalla*”. Acerca do percentual restante, 1% era composto de africanos listados como “*Maumbé*”, “*Cambundá*” e “*Congo*”, 1% como “*Mulatos*”, além dos 15% sem maiores dados descritivos (KLINK, 2023b, p. 273-276).

Sujeitos libertos foram registrados ao longo de toda extensão da via Direita, de seus becos e travessas adjacentes nesse mesmo ano, tanto como agregados, quanto como chefes de domicílios. Desses doze forros e oito forras, 55% foram designados como “*crioulos*”, 25% ausentes de informações, 10% como “*pardos*”, 5% como “*cabras*” e outros 5% como “*minas*” (KLINK, 2023b, p. 274-275).

Das nove pessoas escravizadas listadas no inventário de Caetano Francisco (década de 1780), três correspondiam a grupos de procedências que podiam referenciar portos, mercados, línguas/dialetos ou fortes ao longo da África Centro-Ocidental (Angola e Benguela). A respeito das possíveis procedências da costa Ocidental africana (Costa da Mina, Castelo de São Jorge da Mina), registrou-se duas “*Mina*”, uma mulher idosa e outra mais jovem, além de quatro cativos mestiços nascidos no território da América Portuguesa.

Estas presenças vão de encontro aos apurados levantamentos demográficos das Macro-Regiões africanas em Ouro Preto/MG, as quais alguns autores se debruçaram a partir de fontes paroquiais e cartorárias. Bergad detectou a predominância da nomenclatura “*Mina*” em Minas Gerais entre as décadas de 1720-1750 (BERGAD, 2004, p. 229). No entanto, outros autores já enfatizaram suas composições e expressividades em meio aos contingentes africanos na vila mineira em 1718 (RESENDE, 2006, p. 79-80), entre 1755-1775 (RANGEL, 2005) e, de maneira mais abrangente, entre 1719-1793 (COSTA, 1979, p. 150).

Espaços afastados, práticas disfarçadas

Nas últimas décadas, inúmeros autores relataram e abordaram os meios usufruídos por pessoas escravizadas para resistir diariamente às supressões, às mazelas, às restrições e aos sadismos impostos pela sociedade escravista. Entre eles, listou-se a organização de revoltas, a ocultação de traços devocionais e a reinvenção de sincretismos africanos introduzidos em meio a cultos cristãos, o envenenamento de senhores, as fugas, a formação e a manutenção de quilombos, a sabotagem às produções agrícolas e aos maquinários e, mesmo o suicídio (KARASCH, 2000, p. 435; MINTZ; PRICE, 2033, p. 47-48; ORSER; FUNARI, 2004, p. 14; BERGAD, 2007, p. 166, 204). Aqui, uma outra modalidade de contestação às restrições será brevemente abordada: a apropriação da espacialidade.

Ao que está sendo possível conjecturar, apoiado nas pesquisas de campo a outras propriedades edificadas na vila em períodos aproximados, devido aos desejos a novos programas de necessidades que o imóvel receberia, o porão do sobrado da Rua Direita teria sido desaterrado durante o século XX. Um indicativo desta intervenção trata das dimensões do painel e das dispersões de grande parte das gravuras visivelmente correspondentes à hipotética altura que o espaço detinha durante a aplicação da argamassa como um reboco sobre os alicerces em pedras emparelhadas da casa. Isto é, o porão possuía, muito provavelmente, aproximadamente 1,68 metros de altura, exigindo que sujeitos com alturas superiores vagassem por ele arcados ou permanecessem de cócoras/ sentados.

As distintas técnicas de execução dos desenhos podem indicar a participação de agentes variados, como corresponder a produções gráficas confeccionadas no decorrer de temporalidades distintas por gerações ou grupos de habitantes que não teriam se encontrado, se-não pelos traços de seus antecessores no mural, o qual optaram por prosseguir preenchendo com figuras (KLINK, 2023b, p. 269).

A singularidade destes achados no perímetro urbano e sua sobrevivência, podem estar intimamente imbricados com as ausências de intervenções que abalariam diretamente a estrutura do porão e/ou com o caráter impermeabilizante que a argamassa e seus demais componentes podem ter assumido em relação à presença de umidade entre a parede que divisa este espaço, com o sobrado vizinho (Figura 1).

Entre os séculos XVIII e XIX, a precariedade no conforto, a dificuldade de acesso e a falta de luminosidade do local podem também ter corroborado para a sobrevivência de alguns dos grafismos e dos resquícios do mural. Ou seja, o suporte em barro aos grafismos pode ter resistido justamente por ter sido visto, percebido ou destinado a um público seletivo. Ao considerar o porão como uma espécie de alojamento de pessoas negras, as práticas de inscrever na parede corresponderiam, portanto, às ações e discursos que deveriam reproduzir-se, de maneira sorrateira, em um local

podem também ter corroborado para a sobrevivência de alguns dos grafismos e dos resquícios do mural. Ou seja, o suporte em barro aos grafismos pode ter resistido justamente por ter sido visto, percebido ou destinado a um público seletivo. Ao considerar o porão como uma espécie de alojamento de pessoas negras, as práticas de inscrever na parede corresponderiam, portanto, às ações e discursos que deveriam reproduzir-se, de maneira sorrateira, em um local específico, descortinando-se somente a um grupo de pessoas pré-selecionadas. Algo que o arqueólogo James Scott denominou de *hidden transcripts* (transcrições escondidas/ocultas) (SCOTT, 1990; KLINK, 2023a, p. 160).

Devido às ampliações das autonomias e mobilidades pelas vias, comércios, fontes de água, em encontros fraternais ou conjugais, em festividades e em meio às Irmandades de escravizados, conceitos “completos” ou totalizantes de vigilâncias e de supervisões, pautados em uma “onipresença” por parte dos senhores, devem ser desencorajadas e desconsideradas (EPPERSON, 1990, p. 34; ELLIS; GINSBURG, 2017, p. 5; MOSTERMAN, 2021, p. 53). Desta maneira, para que tais performances subversivas terem ocorrido de maneiras discretas, podem ter sido desenroladas durante as ausências senhoriais ou ao longo do período de maior calma dos movimentos e dos passos sobre os assoalhos: a noite.

Guiadas, muito provavelmente, por um fecho de luz emanado de um candeeiro ou derivado da improvisação de uma tocha, as execuções de cenas e figuras que remeteriam às vivências próprias ou ancestrais no espaço do cativo, poderiam ter ido além de artifícios empregados com o intuito de materializar, de preservar e de transmitir memórias conexas com as realidades predecessoras às violências conduzidas pelo tráfico Atlântico (Figura 6).



Figura 6. Interpretação e concepção parcial do momento de produção de alguns dos grafismos na parede do porão a partir de algumas entre as figurações vetorizadas até o momento. Imagem meramente ilustrativa desconsiderando o antigo sistema de barroamento do subsolo. Confeção: Autor; Caroline Ferreira, 2024.

Entre os modos pelos quais essas pessoas expressaram controle momentâneo sobre determinado espaço, isto é, as “espacialidades de movimentos”, segundo o arqueólogo James Delle (1998, p. 165), podem ser inclusos as “modificações” arquitetônicas baseadas nas inserções de elementos africanos em uma estrutura construtiva luso-brasileira. Como assinala Vlach, embora os castigos e torturas por meio de instrumentos em ferro e açoites e a passividade cativa almejada pela ideologia cristã foram alguns dos artifícios empregados pela sociedade escravista para garantir o controle social sobre suas “mercadorias vivas”, a arquitetura foi “fundamental para a manutenção da base ideológica da escravidão” (VLACH, 2017, p. 64). Sendo assim, estas intervenções gráficas podem ser interpretadas enquanto soluções alternativas “contra-hegemônicas” por africanos ou seus descendentes no sobrado, em resposta às estratégias de controle, de inibições e de censuras cotidianas sobre seus modos de falar, de agir, de movimentar e/ou de se expressar (EPPERSON, 1990, p. 34; SINGLETON, 2001, p. 108; MOSTERMAN, 2021, p. 10-11).

Mesmo que apenas em uma parede de um porão estreito, escuro e úmido abaixo da sala de entrada e das alcovas, esta prática gráfica pode ser vista como uma tentativa, ou melhor, como um êxito na (re)apropriação espacial, uma forma de subversão de um domínio de subordinação, que sobretudo, tornara-se uma silenciosa arena, que garantiria privacidade sonora e visual em relação aos demais cômodos de maiores permanências dos senhores.

Em suma, assim como no estudo de Olga Davis a respeito de como mulheres afro-americanas utilizaram o legado da escravidão na cozinha para resistir, pertencer e transformar a academia (DAVIS, 1999), pode-se supor, como dito acima, que o próprio porão oferecia um espaço segregado do restante da casa no qual pessoas escravizadas podem ter iniciado um embate criativo, buscando oportunidades para desafiar e contestar silenciosamente as opressões e a dominação em prol de suas necessidades sociais,

identitárias e humanas (DAVIS, 1999, p. 370; SINGLETON, 2001, p. 108).

Nesse contexto, diante da impossibilidade de evocar lembranças de origens africanas em outros tempos e espaços, a produção de algumas das inscrições parietais neste porão por pessoas escravizadas pode ser compreendida como uma tentativa de reorganização mental mediada pela manipulação do espaço. Trata-se, assim, de uma medida subjetiva para lidar com as incoerências e desigualdades entre o ato de lembrar de pessoas queridas e o sentimento de saudade de rotinas em ambientes distantes, especialmente em locais marcados pela experiência desumanizante contínua do cativo.

A interpretação do contexto gráfico do subsolo do imóvel nº 134 da Rua Conde de Bobadela, em Ouro Preto, insere-se em uma perspectiva já reconhecida em outros trabalhos. Tal como demonstra o estudo de caso desenvolvido por Lace *et al.* (2019) acerca de gravuras de embarcações encontradas em muros, argamassas e superfícies rochosas nas Bahamas, em Porto Rico e em Turks e Caicos, o ato de inscrever imagens em contextos associados à repressão colonial pode ser compreendido como uma forma de resistência e apropriação espacial.

No artigo, os autores argumentam que as gravuras – muitas delas realizadas em prisões, fortalezas, *plantations* e cavernas – devem ser interpretadas como expressões gráficas produzidas por sujeitos marginalizados, como africanos escravizados e seus descendentes (LACE *et al.*, 2019, p. 263-265). A aplicação dessas imagens em ambientes opressores revela, segundo os autores, um gesto silencioso e subjetivo e podem ter funcionado como formas de resistência, de reivindicações de presenças, de transmissão de conhecimentos e memórias e até de comunicação intersubjetiva entre membros das comunidades afro-diaspóricas (LACE *et al.*, 2019, p. 265).

Portanto, a continuidade e o aprofundamento da abordagem investigativa ao imóvel setecentista da Rua Direita – por meio do levantamento, cruzamento e confronto de fontes diversas – deverão revelar em que medida o ato de inscrever pode ter funcionado como um artifício contra o esquecimento e até que ponto o gesto de gravar foi intencionalmente utilizado como uma forma de contestação.

Considerações finais

A descoberta das gravuras em um painel de argamassa durante a reforma de um sobrado, suas divulgações midiáticas e as premissas das primeiras publicações sobre estes vestígios têm revelado uma rica história oculta no município de Ouro Preto, em Minas Gerais, lançando luz sobre as complexas interações entre os diferentes ocupantes do imóvel e seus cômodos ao longo dos séculos. Através das interpretações e reflexões apresentadas neste breve estudo, que consiste de alguns *insights* de minha

pesquisa de doutorado, foi possível vislumbrar o potencial histórico e arqueológico do mural, bem como suas conexões presumíveis com algumas presenças africanas entre os séculos XVIII e XIX.

A análise micro-histórica empreendida neste artigo enquanto exercício interpretativo permitiu construir e traçar um esboço das trajetórias de alguns grupos enquanto habitantes do sobrado da antiga Rua Direita, evidenciando os possíveis autores por trás das gravuras que caracterizaram os resquícios de uma parede de um antigo porão colonial. Nesse sentido, o estudo visou conectar práticas em um microcosmo doméstico mineiro com a dimensão atlântica, evidenciando as ações dos artífices ao buscarem preservar fragmentos de suas histórias transoceânicas pela materialização em uma parede.

Ao focalizar as relações entre os desenhos e as experiências africanas, foi possível desenvolver algumas hipóteses acerca de como estes agentes poderiam ter exercido momentaneamente formas de controle sobre o espaço subterrâneo da propriedade. Ao explorar as práticas de apropriação espacial no contexto do cativo urbano, buscou-se abordar a capacidade de ação e a contestação dos indivíduos que moldaram esses ambientes conforme suas próprias necessidades, partindo da disponibilidade de recursos que lhes seriam mais acessíveis para o êxito de tais aspirações e de algo que não lhes foi retirado, as memórias que remontavam às vivências antes da diáspora.

Referências

- ACOSTA-COLÓN, Angel A; RAMOS, Reniel R. Absolute temporality of cave pictographic rock art in Puerto Rico. *18th International Congress of Speleology – Karstologia Mémoires*, Vol. V, n. 25, p. 191-194, 2022.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e. (Orgs.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 83-154.
- ALLEN, Scott Joseph. Afrofatos. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 10, n. 1, p. 93-105, 2016.
- BARROS, José D' Assunção. Sobre a feitura da micro-história. *OPSI*, vol. 7, n° 9, p. 167-185, jul./dez. 2007.
- BEAUDRY, Mary C. Ethnography in Retrospect. *Kroeber Anthropological Society Papers*, n. 79, p. 1-16, 1995.
- BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. – Bauru, São Paulo : EDUSC, 2004.
- BERGAD, Laird W. *The Comparative Stories of Slavery in Brazil, Cuba and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

- COSTA, A. de L. R. da. *Ekabó: trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX*. Salvador: Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, 1989.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo, Universidade de São Paulo: Ensaio Econômico, 1979.
- CRUZ, Cícero Ferraz. *Fazendas do Sul de Minas: arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX*. – Brasília, DF: IPHAN, 2010.
- DAVIS, Olga I. In the Kitchen: Transforming the Academy Through Safe Spaces of Resistance. *Western Journal of Communication*, 63(3), p. 364-381, 1999.
- DeCerteau, M. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990.
- DEETZ, James. *In Small Things Forgotten: an archaeology of early american life*. Anchor Books, New York, 1996.
- DELLE, James A. *An Archaeology of Social Space: Analyzing Coffee Plantations in Jamaica's Blue Mountains*. New York, New York University, 1998.
- ELLIS, Clifton; GINSBURG, Rebecca. Introduction: Studying the Landscapes of North American Urban Slavery. In: ELLIS, Clifton; GINSBURG, Rebecca. (Orgs.). *Slavery in the City: Architecture and Landscapes of Urban Slavery in North America*. University of Virginia Press, 2017, p. 01-18.
- EPPERSON, T. W. Race and the Disciplines of the Plantation. *Historical Archaeology*, Vol. 24, n. 4, p. 29-36, 1990.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S.A., 1989, p. 169-178.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil: e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. – São Paulo : Companhia das Letras, 2000.
- KLINK, Leonardo Lopes Villaça. A fundo, no quintal: transcrições escondidas sob o “morar cativo” em uma unidade doméstica sul-mineira (décadas de 1830-1870). *Cadernos do Lepaarq*, v. XX, n.40, p. 146-164, Jul-Dez., 2023a.
- KLINK, Leonardo Lopes Villaça. Mãos e traços na parede: os baixos-relevos em um contexto de escravidão como subsídios ao estudo da trajetória, da presença e da lembrança africana, Ouro Preto/MG (séculos XVIII-XIX). *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, v. 28, n° 49, p. 263-283, 2023b.
- KLINK, Leonardo Lopes Villaça. Janelas abertas, portas fechadas: tecnologias visuais, controle social e circulações no antigo Solar dos Ferreiras, Campanha/MG (século XIX). *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 18, n. 1, p. 3-28, jan./jun. 2024a.
- KLINK, Leonardo Lopes Villaça. Um cachimbo do quintal: figurações, espaços e sujeitos em uma unidade doméstica ouro-pretana, Minas Gerais. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n° 2, p. 214-245, 2024b.
- LACE, Michael J; ALBURY, Nancy A; SAMSON, Alice V. M; COOPER, Jago; RAMOS, Reniel Rodríguez. Ship Graffiti on the

- Islands of the Bahamas, Turks and Caicos and Puerto Rico: a comparative analysis. *Journal of Maritime Archaeology*, v. 14, p. 239-271, mar. 2019.
- LEMOS, Carlos A. C. *História da Casa Brasileira*. – São Paulo: Editora Contexto, 1989.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 133-161.
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LITTLE, Barbara J. *Historical Archaeology: why the past matters*. Routledge, 2016.
- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Algumas características do contingente de cativos em Minas Gerais. In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert S. (Orgs.) *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. – São Paulo : EDUSP : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 17-32.
- MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais: Vila Rica, 1804*. Arquivo Nacional, 1969.
- MAWE, John. *Collectanea de cientistas estrangeiros: assumptos mineiros*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1922.
- MENESES, José Newton Coelho. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: O quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, V. 23, n. 2, p. 69-92, 2015.
- MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. – Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Candido Mendes, 2003.
- MOSTERMAN, Andrea C. *Spaces of Enslavement: a history of slavery and resistance in dutch New York*. Cornell University Press, 2021.
- ORSER, Charles E.; FUNARI, Pedro P. Arqueologia da Resistência Escrava. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 1, n. 2, p. 11-25, 2004.
- PAIVA, Eduardo França. Dinâmicas de mestiçagens: circulação do léxico da escravidão e das mestiçagens. In: PAIVA, Eduardo França; PEREIRA, Josenildo de Jesus; SILVA, Rodrigo Caetano; ROLAND, Samir Lola. (Orgs.). *Reescrevendo Histórias do Brasil: conexões e dinâmicas internas no Centro-Norte (séculos XVIII e XIX)*. – Belo Horizonte : Caravana, 2023, p. 253-263.
- RANGEL, Ana Paula dos Santos. Aspectos da demografia escrava em Vila Rica – 1755-1815. In: *Anais do I Colóquio do LAHES*, S./p., 2005.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2000.
- REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)*. – São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- REZENDE, Rodrigo Costa. *As “Nossas Áfricas”: população*

- escrava e identidades africanas nas Minas setecentistas. Dissertação (Mestrado em História), Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.
- SAINT-HILAIRE, Augusto. *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes*, 1º tomo. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.
- SANTOS, Y. L. dos. *Além da Senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. – São Paulo : Hucitec : Fapesp, 2010.
- SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistance: hidden transcripts*. New Haven: Yale University, 1990.
- SINGLETON, T. A. Slavery and spatial dialectics on Cuban Coffee plantations. *World Archaeology*, vol. 33, n. 1, p. 98-114, 2001.
- SOUZA, Marina de Mello e. Bantos na África e no Brasil. In: SILVA, Vagner Gonçalves da; KATUVANJESI, Tata Mkisi; DAMASCENO, Walmir; OLIVEIRA, Rosenilton Silva de; SILVA NETO, José Pedro da. *Através das águas: os bantu na formação do Brasil*. – São Paulo: FEUSP, 2023, p. 29-42.
- SOUZA, Marcos Andrés Torres de. Construindo biografias arqueológicas: um exame das trajetórias de dois escravocratas brasileiros. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Volume 15, Número 2, p. 232-245, Julho-Dezembro de 2021.
- VASCONCELOS, Salomão de. Como nasceu Ouro Preto – sua formação cadastral desde 1712. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 12, p. 171-232, 1955.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1977.
- VLACH, John M. “Appropriated to the use of colored people”: urban slave housing in the North. In: ELLIS, Clifton; GINSBURG, Rebecca. (Orgs.). *Slavery in the City: Architecture and Landscapes of Urban Slavery in North America*. University of Virginia Press, 2017, p. 52-68.
- WILKIE, Laurie A. Documentary Archaeology. In: HICKS, Dan; BEAUDRY, Mary C. (Eds.). *The Cambridge Companion to Historical Archaeology*. United Kingdom, Cambridge University Press, 2006, p. 13-33.

Durante uma reforma em um sobrado de Ouro Preto/MG foram descobertas inúmeras gravuras em um painel de argamassa, localizado no antigo porão de uma residência. Este artigo apresenta interpretações, reflexões e hipóteses que visam explorar o potencial histórico e arqueológico do mural ao investigar as relações entre as gerações de ocupantes do sobrado e seus espaços. Foca-se nas conexões entre alguns dos desenhos e as memórias relacionadas às vivências africanas entre os séculos XVIII e XIX. A abordagem micro-histórica visa traçar as trajetórias de alguns dos grupos sociais que ocuparam o sobrado, destacando os possíveis agentes que inscreveram algumas de suas vivências na parede. A proposta pretende compreender como essas pessoas exerciam controle sobre o subsolo da propriedade, e explorar como foram desenvolvidas práticas de apropriações espaciais em um local de reprodução do cativo.

RESUMO

Arqueologia Histórica, Micro-história Atlântica, Ouro Preto/MG.

PALAVRAS-CHAVE

During a renovation of an old townhouse in Ouro Preto (Minas Gerais, Brazil), numerous engravings were discovered on a panel located in the former basement of a residence. This article presents interpretations, reflections, and hypotheses exploring the historical and archaeological potential of the mural while investigating the relationships between generations of occupants of the townhouse and their spaces. It focuses on the connections between some of the drawings and the memories related to African experiences in the 18th and 19th centuries. The micro-historical approach aims to trace the trajectories of the social groups that inhabited the house, highlighting possible agents who inscribed their experiences on the mud wall. The proposal seeks to understand how these individuals exerted control over practices in the property's basement and explore the development of spatial appropriations in a space of captivity.

ABSTRACT

Historical archaeology, Atlantic microhistory, Ouro Preto/MG.

KEYWORDS

RECEBIDO: 25.05.2023

ACEITO: 11.06.2023

LEONARDO LOPES VILLAÇA KLINK

Doutorando em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAn/UFGM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7932-5446>, E-mail: leonardoklink@gmail.com. O presente artigo corresponde a um desdobramento temático preliminar de minha tese, a qual está sendo financiada pela CAPES.

